



**ACÓRDÃO Nº618/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11502/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Tapauá.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Alvimir de Oliveira Maia (Ordenador de Despesa) e Davi Menezes de Oliveira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI E DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 691/2022-DIMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Tapauá. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Irregularidade. Multa. Recomendação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Tapauá, sob a responsabilidade do Sr. **Davi Menezes de Oliveira**, Presidente no período de 01/01/2018 a 26/04/2018, pelas restrições 06 e 07 de sua competência, constantes do Relatório Conclusivo nº 086/2021-DICAMI (fls. 1374/1417), nos termos do art. 22, inciso II da Lei nº 2423/96.

**10.2. Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Tapauá, sob a responsabilidade do Sr. **Alvimir de Oliveira Maia**, Presidente no período de 27/04/2018 a 31/12/2018, pelas restrições 06, 08, 11 e 12 de sua competência, constantes do Relatório Conclusivo nº 086/2021-DICAMI (fls. 1374/1417), nos termos do art. 22, inciso III, "b" da Lei nº 2423/96.



**ACÓRDÃO Nº618/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.3. Aplicar Multa** ao Sr. **Davi Meneses de Oliveira**, Presidente da Câmara de Tapauá no período de 01/01/2018 a 26/04/2018, no valor de **R\$ 5.120,40** (Cinco mil, cento e vinte reais e quarenta centavos), pelo atraso no envio dos balancetes mensais dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018, sendo o valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) por mês, conforme a restrição 06 de sua competência do Relatório Conclusivo nº 86/2021-DICAMI (fls. 1374/1417), impropriedade também elencada no Relatório/Voto, com base no art. 308, I, “a” da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM.

**10.3.1. Fixar prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no item acima, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Aplicar Multa** ao Sr. **Alvemir de Oliveira Maia** no valor de **R\$ 11.947,60** (Onze mil, novecentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos) pelo atraso no envio dos balancetes mensais dos meses de abril, maio, julho, agosto, setembro, novembro e dezembro de 2018 sendo o valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) por mês, conforme a restrição 08 de sua competência do Relatório Conclusivo nº 86/2021-DICAMI (fls. 1374/1417), impropriedade também elencada no Relatório/Voto, com base no art. 308, I, “a” da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM.

**10.4.1. Fixar prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável



**ACÓRDÃO Nº618/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

recolha o valor da multa, mencionado no item acima, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.5. Aplicar Multa** ao Sr. **Alvemir de Oliveira Maia** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) por grave infração à norma legal, conforme as restrições 06, 11 e 12, de sua competência, do Relatório Conclusivo nº 86/2021-DICAMI (fls. 1374/1417), impropriedades também elencadas no Relatório/Voto, com base no art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM.

**10.5.1. Fixar prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no item acima, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o



**ACÓRDÃO Nº618/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.6. Recomendar** ao atual gestor da Câmara Municipal de Tapauá que promova o controle de almoxarifado a fim de possibilitar o levantamento geral dos bens conforme o art. 96 da Lei nº 4320/64.

**11- Ata:** 15ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 4 de Maio de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral, em substituição.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**  
Conselheiro Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral, em substituição